

# **Região do Alto Turi: conflitos agrários e territoriais na Amazônia Maranhense**

Avance de investigación em curso

Grupo de Trabalho N°5: Desenvolvimento rural, globalização e crise.

Jane Cavalcante Rodrigues

A presente comunicação analisa o projeto de colonização do Alto Turi (PCAT) localizado no Estado do Maranhão, que foi um modelo experimental de assentamento rural planejado e desenvolvido pela (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) no início da década de 1960. Essas ações reverteram-se na Colonização Dirigida, sendo todas as fases desta ocupação tecnicamente traçadas e planejadas pela SUDENE. A Comunidade de Nova conquista se estruturou nesse processo e sob o impulso de um vigoroso movimento migratório. Localizada a 90 km de Zé Doca-MA. Trata-se de uma pesquisa em curso que busca examinar esta complexa realidade permeada por conflitos agrários e territoriais entre indígenas, posseiros e madeireiros, no âmago desta, investigar as alianças intra-oligárquica no espaço regional e local.

**Palavras-chave:** Reforma agrária; Colonização rural; Desenvolvimento.

## **1. Introdução**

O projeto de colonização do Alto Turi (PCAT) localizado no Noroeste do Estado do Maranhão foi um modelo experimental de assentamento rural planejado e desenvolvido pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) no início da década de 1960. A intervenção do Estado brasileiro, nesta região de fronteira agrícola, que já vinha sendo ocupada por uma colonização espontânea foi reorientada e famílias foram deslocadas do semi-árido nordestino para os vales úmidos maranhenses. Essas ações receberam o nome de colonização dirigidas sendo todas as fases desta ocupação tecnicamente traçadas e planejadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

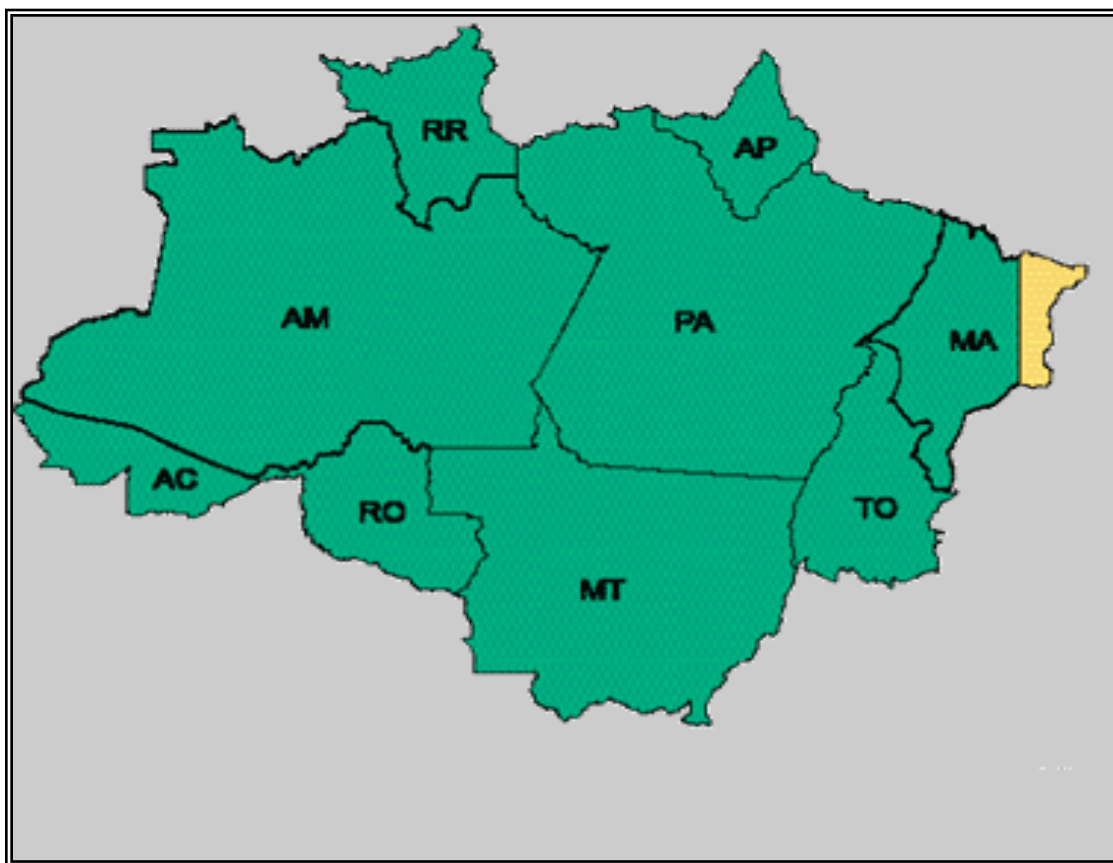
As razões centrais que determinaram a colonização dos vales úmidos maranhenses foram por um lado, a grave crise social que atingiu a população pobre do semi-árido nordestino arrasada pelos ciclos sazonais das secas e, por outro lado, a concentração da propriedade da terra nas mãos de uma pequena fração da burguesia latifundiária. Em face dessa contradição surgem às primeiras organizações camponesas de resistência obrigando o Estado a intervir através da colonização dirigida.

As secas prolongadas, ao atingirem um grande número de famílias nordestinas, materializaram a possibilidade de obtenção de terras devolutas no Maranhão - cedidas através de títulos e distribuídas pelo governo através dos assentamentos chamados de colônias agrícolas “Lei Sarney de Terras” (Lei n.º 2.979, de 17 de julho de 1969). A intervenção estatal na região do Alto Turi desencadeou a expansão da fronteira agrícola para a região norte do Brasil - última linha de fronteira florestal do país, também, chamada de vazios demográficos que justificou as chamadas políticas de integração nacional dos governos militares.

A Comunidade de Nova conquista se estruturou nesse processo e sob o impulso de um vigoroso movimento migratório. Localizada a 90 km de Zé Doca, tem aproximadamente 1.600 habitantes, cuja sobrevivência está assentada na lavoura (arroz, mandioca, milho e feijão). A estrada principal da comunidade interliga-se com a cidade de Paragominas, no Estado do Pará. Atualmente, Nova Conquista encontra-se no âmago das disputas entre de um lado, os que defendem o uso da terra

como valor (de uso) e dos outro que defendem a terra como valor, para a troca no mercado. A expressão deste processo é o tráfego intenso de madeiras oriundas das terras indígenas.

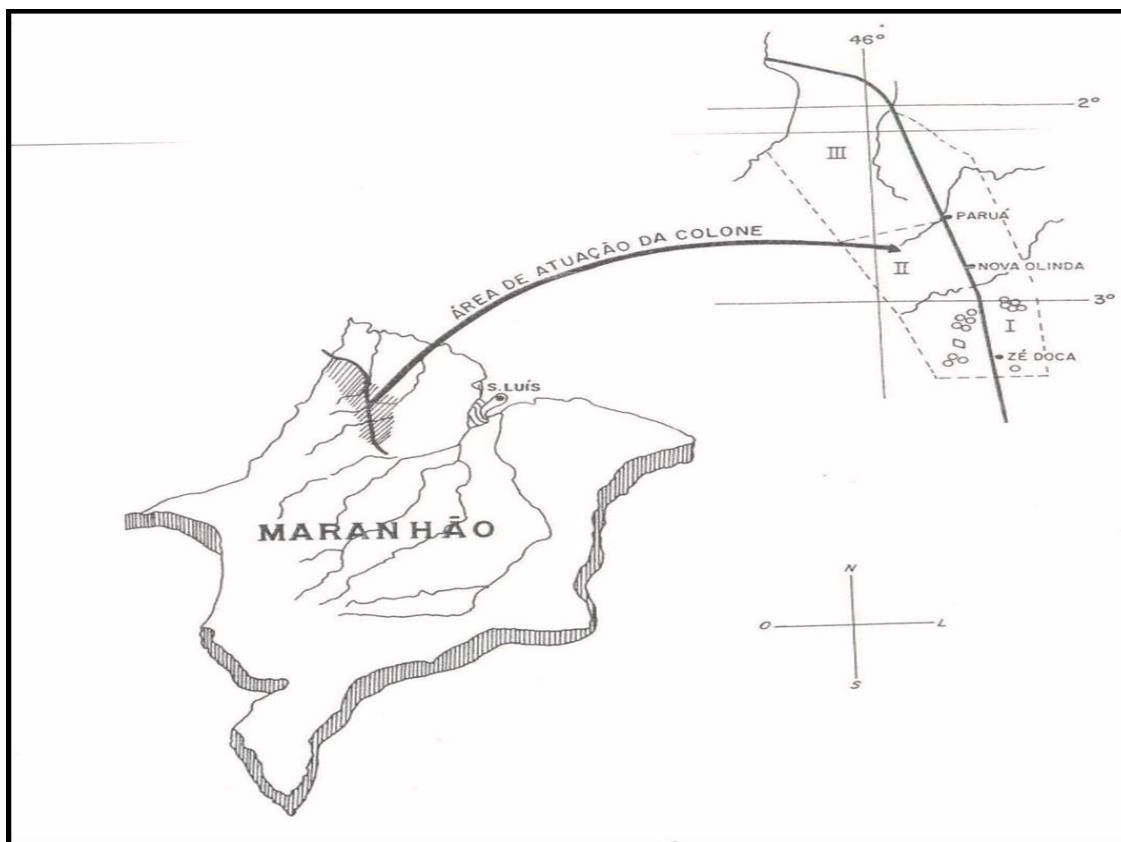
A ação predatória sobre os recursos naturais se constitui, hoje, no principal alvo de tensão da comunidade, que têm dificuldades de acesso à sede do município em decorrência da péssima qualidade das estradas, que são pioradas pelos pesos dos caminhões que trafegam com de toras de Madeira que utilizam a vicinal que interliga nova conquista à BR - 316 na altura da cidade de Zé Doca. Esta realidade coloca o Estado do Maranhão entre um dos estados da Amazônia legal que mais realiza desmatamento, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2011) já que uma grande quantidade de produto florestal é explorada de forma ilegal sob o comando de políticos da própria região.



Mapa divisão política da região norte do Brasil Amazônia LEGAL (IBGE,2009)

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de investigar os conflitos agrários e territoriais nessa região e no bojo desta questão as articulações promovidas pelo Estado no reordenamento do território. No interior desse processo é relevante, também, investigar as alianças intra-oligárquica no espaço regional e local.

Portanto, este projeto de pesquisa vale-se da lógica histórica de apropriação predatória dos recursos naturais na Amazônia brasileira, e situa seu objeto de pesquisa (comunidade de nova conquista em Zé Doca/MA) no contexto desta problemática, à luz de um vasto referencial teórico, que garante um debate coerente e consistente com o problema que se pretende investigar (conflitos agrários e territoriais na produção social do espaço na região do alto Turi) num universo temporal de vinte anos (1990 -2010).



Fonte: (ARCANGELI, 1987)

E por estas razões, este projeto está inserido na área de concentração Desenvolvimento e Diversidade Regional. Onde a linha de pesquisa Desenvolvimento, Estado e Diversidade Regional certamente oferece subsídios teóricos e práticos para a realização desta pesquisa. Especificamente objetiva-se promover análise central no contexto regional e Amazônico, do território do Alto Turi, os conflitos agrários e territoriais entre madeireiros, posseiros e povos indígenas na Comunidade de Nova Conquista e as disputas sócio - política entre os grupos da região em torno da sua emancipação política.

Na trama da investigação, fatores secundários, porém não menos importantes surgem como demanda deste processo. Logo, Analisar as políticas de Estado a partir das cadeias de ação e de decisão do bloco no poder; Analisar os correspondentes econômicos das intervenções para a questão agrária na comunidade de Nova Conquista; e constatar os elementos dos processos formadores do capitalismo ecológico (desenvolvimento sustentável) nas escalas regional e local, colabora para uma aproximação de entendimento da complexa Hierarquia de poder que se estabelece nesta fração do território amazônico brasileiro e as relações que se estabelecem na produção social deste espaço.

## 2. Região do Alto Turi: conflitos agrários e territoriais

Ao começar as discussões pela origem da palavra região, busca-se apontar o sentido particular que a região assume no sistema capitalista. No dizer de Gramsci:

A questão regional ganha um sentido que transcende o econômico e o espacial - eles estão ali contidos- e se fixa nas relações políticas entre as classes e nas formas que assume o processo de modernização burguesa. Questão essencial para o entendimento de que os recortes espaciais e regionais dentro do território e sua apropriação, no

capitalismo maduro, são feitos pelas classes que disputam a hegemonia do desenvolvimento capitalista no âmbito nacional. (apud VIEIRA, 2006).

O Estado capitalista como afirma Almeida (2003) este centro de organização do poder político burguês a rigor organiza a dominação capitalista de classe, mas por outro lado se depara com a resistência dos dominados. Atravessado por esta contradição o Estado se transforma num campo de disputa. É sob esta perspectiva que a questão regional se constitui historicamente. Segundo Oliveira (1977), no caso do planejamento para o Nordeste “desde que o Estado foi capaz de transformar uma parte da mais – valia (impostos) e fazê-los retornar sob o controle da burguesia como capital, tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente, que retornou ao processo produtivo - Isto, e somente isso é o que o planejamento pode fazer no sistema capitalista”.

Nos anos 1990, a questão regional amplamente debatida nas décadas de 1970 e 1980, foi deslocando - se cada vez mais para a periferia do debate acadêmico e das ações do Estado. Segundo Carleial (1997), a discussão do desenvolvimento regional no Brasil, perdeu o rumo com efetivação das políticas neoliberais. Edna na Castro (2008) enriquece o debate quando diz que o desenvolvimento regional repõe a discussão das escalas, e debate o papel das elites locais.

Para os objetivos do presente projeto, a Amazônia é o ultimo reduto da expansão capitalista cuja dominação sempre se materializou em projetos de colonização oficiais desde os anos 1960. Dentre as estratégias de ação quando se analisa os diversos planos regionais elaborados para o Nordeste constatam-se a recorrência explícita ou implícita às linhas traçadas pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Foram dez, ao todo, os documentos de política e programação regional, e quatro planos diretores que se constituíram em instrumentos de ação nas décadas de 1960 e 1970.

O objetivo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste segundo Celso Furtado (1984) era a diminuição das desigualdades regionais e retirar a grande massa da população nordestina da miséria. Oliveira (1977, p.30 ) na sua obra clássica *Elegia para uma Re(li)gião*, afirma que o Estado têm o domínio sobre o planejamento e a organização do território:

O planejamento emerge como uma “forma” de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente “descrito” pela literatura sobre o planejamento regional, rumo da integração nacional. O planejamento não é uma forma neutra dessa presença; ao contrário, ele é no mais das vezes uma forma transformada da luta de classes, tanto no nível das contradições entre as formas diferenciadas “regionais” daquela reprodução e as mesmas formas das relações de produção”.

Magnoli (2000, p.305) também relata que:

“Sob a SUDENE, o nordeste emergiu como região industrial periférica, conectada aos capitais sediados no sudeste [...]. Do ponto de vista geográfico, a SUDENE norteou-se pela teoria dos pólos de desenvolvimento que norteou as discussões sobre o planejamento no pós-guerra. A tese básica consistia na crença de que o desenvolvimento regional podia ser induzido por meio da implantação de estruturas produtivas modernas em um ponto determinado do espaço geográfico. As tecnologias e as riquezas geradas nesse ponto iriam difundir-se por todo o entorno, forçando a modificação do arcabouço econômico da região”.

No dizer de Baran (1970 p.5) “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento”. Logo, este é uma forma de conflito que surge para resolver um conflito social. O Estado vem planejar uma região para aplinar conflitos estabelecidos entre as classes.

Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. (OLIVEIRA, 1977, p.29).



**Imagem de satélite da Amazônia Legal Brasileira (Imagem obtida pelo CBERS) (2003)**

A complexidade vivenciada por esta fração da região amazônica brasileira converge com o momento em que o Estado e o mercado voltam a planejar. Ambos sob o discurso do desenvolvimento sustentável. Em pleno cenário de crise do capitalismo a sociedade brasileira assiste às cadeias de ações estatais e governamentais pautados nos grandes projetos e todos acionam o discurso da “Responsabilidade Social e Ambiental”.

Esta é a realidade atual da comunidade de Nova Conquista a qual, a partir do próprio nome resgata significados de lutas históricas pela conquista da terra. Atualmente vem sofrendo transformações qualitativas, por razão de estar localizada geograficamente há apenas 17 km da terra indígena Awá Guajá, funcionando como uma espécie de zona de amortecimento, da complexa problemática agrária que afeta a região do Alto Turi.

A TI Awá Guajá, está ocupada há aproximadamente vinte e cinco anos por aproximadamente 300 famílias camponesas, que se instalaram nesta área na condição de posseiros e que estão instalados ali, reclamando ações dos governos para regularização fundiária e acessos às

políticas públicas para garantia da sua sobrevivência. As atividades predatórias da extração ilegal de madeira, a grilagem de terras e a constituição de inúmeros latifúndios, deflagram nestas áreas intensas disputas entre as categorias sociais citadas. A terra indígena em questão encontra-se em iminente processo de ações de retomada do território via Estado Nacional para os Awá. Reconquista esta, orinda de uma contestação histórica. Pois, há quase três décadas ocorrem reivindicações para o reconhecimento deste território como sendo de posse e domínio definitivo destes povos tradicionais.

Embora, desde 1987 o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) venha reivindicando esta ação jurídica, e durante este intervalo de tempo muitas ofensivas predatórias de caráter econômico e viés político tenham ocorrido no interior do território em questão (terra indígena Awá Guajá). Em 2009, um novo fato se insere na cena política provocando reviravoltas neste caso. Que foi a divulgação de um relatório sobre esta questão, por parte de uma ONG Britânica, com grande repercussão internacional:

“A organização britânica Survival International de defesa dos direitos indígenas teve acesso a um relatório da Fundação Nacional do Índio segundo o qual as terras dos índios Awá-Guajá, no Maranhão, foram as mais desmatadas entre todas as terras indígenas situadas na Amazônia Legal, em 2009. Ainda segundo a ONG, entre 60 e 100 deles conseguiu permanecer isolado da Ti Araribóia, território que também vem sendo destruído paulatinamente por madeireiros e colonos. A notícia da invasão das terras Awá-Guajá está no site da Survival International, e afirma que as autoridades brasileiras estão cientes do problema e nada fizeram para retirar os invasores e proteger os índios. De acordo com a Survival, o relatório da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), mostra que 31% da floresta na TI Awá (MA) foi ilegalmente derrubada. Os Awá-Guajá são considerados o último povo caçador-coletor da Amazônia”.

Esta empreitada articulada pelas cadeias de reação ocasionou mal estar no posto mais alto da hierarquia do poder político do Brasil - a Presidência da República. Em uma melhor qualificação, esta ação dos novos movimentos sociais (ONGs), imprime uma nova dinâmica no caráter da contestação ao poder hegemônico do desenvolvimento capitalista no âmbito nacional, pela estratégia dos constrangimentos ambientais à lógica capitalista de apropriação privada dos bens da natureza.

A proximidade da área da pesquisa (Nova Conquista) com a área de “contestação territorial” (TI Awá Guajá - Vitória da Conquista) com ampla repercussão internacional recoloca na atual cena política a escala internacional da luta de classes, com pano de fundo multiescalar (internacional, Nacional e Regional ) que vem a ser a Amazônia confrontada com outra Questão de escala nacional, a Reforma Agrária.

“A questão do progresso técnico é um dos elementos básicos da competição intercapitalista. O conhecimento associado à questão ecológica contemporânea e à possibilidade de configuração de um capitalismo ecológico ,com a incorporação de constrangimentos ambientais à lógica capitalista, reintroduz a questão da apropriação privada dos recursos naturais na ordem do dia”(MOREIRA, 2007).

A complexidade do objeto da pesquisa “impõe” que o método de exposição desta pesquisa seja o dialético, pois evidencia-se que a categoria social totalidade, pressupõe investigações históricas, concentradas nas formações socioeconômicas da sociedade capitalista.

A perspectiva teórica que fundamenta este texto concebe o desenvolvimento do capital sob os sinais da exploração e alienação da sociedade. Esta linha de pensamento destaca tratar-se, não de qualquer sociedade, mas a sociedade dividida em classes antagônicas. Evidenciando-se que os interesses de ambas também são diferentes, e que no interior e no exterior destas relações estão garantidos os espaços constantes para as disputas.

As dinâmicas dos processos das disputas caminham quase sempre para consolidação do poder político, reafirmando a tese de que a briga na sociedade capitalista é pela máquina estatal. Analisando o Estado como aquele que conduz ao desenvolvimento, a face “democrática” que o Estado brasileiro apresenta em décadas recentes e considerando a premissa marxista de que a história não é voluntarista, evidencia – se que, no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capital, nos países do centro instalou-se uma grave crise econômica no final da década passada, que se alastrou por quase os mercados financeiros do centro e da periferia do sistema capitalista, precisamente segundo semestre de 2008.

“Todos os estudos e análises nos indicam que a crise será profunda, internacional e prolongada, portanto teremos um longo trabalho e um longo período de disputas (...) A natureza da atual crise não é apenas do modo capitalista de organizar a produção, mas ela está afetando os recursos naturais e o meio ambiente, é uma crise também política”. (Assembléia Popular, 2009)

A história demonstra que os capitalistas sempre encontram formas para “sair” das crises, como o sistema do capital “é um sistema econômico que organiza a produção de bens necessários na sociedade, na forma de mercadorias”. Os elementos que a natureza oferece aos seres humanos para satisfação das suas necessidades são nesta forma de organização social, apropriados e transformados em mercadorias. Nesta linha de raciocínio articulam-se os textos e contextos desta investigação científica.

Constata-se que a reprodução do capital ganha concretude a partir da iniciativa do Estado cujo poder político se materializa nas diversas espacialidades com forte presença dos poderes locais. No Maranhão, por exemplo, muitos municípios vão se constituindo na rota dos grandes empreendimentos. Neste caso, a logística do Estado, é acionada para a garantia da infraestrutura necessária demandada pelos grupos empresariais.

O capital demanda terra, e na lógica do histórico do processo de ocupação da região amazônica, constata-se a necessidade do capital planejar e implantar cidades que estrategicamente, vai sempre obedecendo aos locais de inserção dos grupos econômicos. O caso do município paraense de Paragominas localizado no estado do Pará obedece a esta lógica. “Essas cidades serviam para o fornecimento de toda infraestrutura necessária aos grupos nacionais e estrangeiros, principalmente para formação e concentração do exército industrial de reserva e toda estrutura necessária para dar suporte ao projeto”. (PICOLI, 2006, p.11).

Além dos conflitos estabelecidos no interior da comunidade de Nova Conquista é pertinente acrescentar que esta mesma comunidade é objeto de um projeto de emancipação política no sentido de torná-la independente do município de Zé Doca. Este projeto de lei encontra-se sob a tutela de políticos da região e passa a fazer parte das cadeias de ação do Estado e seus agentes.

Diante do exposto, apresentam-se indagações que estão sendo o fio condutor do processo de investigação - Como as cadeias de reação (indígenas e os camponeses) reagem à ofensiva do capital nas suas diversas expressões (madeireiros, latifundiários, pecuarista) e quais as conexões econômicas e articulações políticas entre estes grupos maranhenses com setores patronais da agropecuária do município de Paragominas no estado do Pará à luz do discurso do Desenvolvimento Sustentável ?

## **2. Procedimentos metodológicos da pesquisa**

A pesquisa compreende as seguintes etapas: Revisão bibliográfica, coleta de dados sobre a reforma agrária no Estado do Maranhão, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), regularização fundiária no Estado junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, TERRA LEGAL). Diálogo junto ao Conselho Indigenista Missionário para coleta de informações a cerca da situação das terras indígenas localizadas na área de estudo e as problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas do Alto Turi, Será feita aquisição de imagens de satélites da região do noroeste do Maranhão, junto ao Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e ao Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual do Maranhão, para análise da cobertura vegetal. Aquisição da cópia do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para o Agronegócio no Maranhão, junto à Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA).

O método adotado é o crítico - dialético, uma vez que o mesmo oferece elementos consistentes para o trato da questão central da pesquisa a partir da contradição ou luta dos contrários, porquanto o que se busca não é apenas negar as experiências e práticas dos sujeitos, mas o exercício de ler nos conflitos das práticas analisadas no espaço geográfico estudado, sinais de inovação e transformação e suas consequências. O trabalho de campo compreenderá entrevistas com a população residente em Nova Conquista, pois a memória das pessoas do lugar constitui-se em importante referencial para este estudo. Todas as informações coletadas serão tabuladas e analisadas para a redação do trabalho final.

Convém, no entanto, adiantar que nas questões relativas às categorias geográficas – região, espaço, território e lugar- será discutido, à luz da Geografia Crítica que é uma escola de vanguarda recente na história do Brasil. Mas, que além de coincidir temporalmente com execução dos planos de desenvolvimentos regionais brasileiros, foge aos discursos dualistas e que fundamenta suas discussões na luta de classes e na produção social do espaço enquanto objetos de disputas. Contribuirá com este processo os Geógrafos Milton Santos pela contribuição nas análises dos espaços homogêneos e suas rugosidades, e David Harvey pelos estudos das escalas de ação. Entre tantos outros que a ciência geografia nos apresenta.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, L. F. de.(2003). *Entre o local e global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo*. In: DOWBOR, L., IANNI, O. REZENDE, E. A. (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- Arcangeli, Alberto. (1987). *O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense*. São Luís: UFMA.
- Baran. Paul. (1970). *Visão mais ampla: Ensaio para uma crítica da economia política*. Rio: Jorge Zahar.
- Carleial, Liana, VALLE, Rogério. (1997). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Abet.
- Castro, Edna Maria Ramos de.(2008). *Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão (2ª Ed.)*. Belém: Ufpa.
- Picoli, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular,(Assembleia Popular)2006.
- Furtado, Celso. (1984). *O Nordeste, reflexão sobre uma política alternativa de desenvolvimento*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- Magnoli, Demétrio. (2000). *Projeto de ensino de geografia: natureza, tecnologias, sociedades, geografia geral*. São Paulo: Moderna.
- Maranhão é o Estado que mais desmata florestas, desde 1980. Acesso em 12 de maio 2012 de <http://www.luiscardoso.com.br/maranhao/maranhao-e-o-estado-que-mais-desmata-florestas-desde-1980>.
- Moreira, Roberto José. *Terra, poder e território*. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular,2007.



- Oliveira, Francisco de. (1977). *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- Picoli, Fiorelo. (2006). *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular.
- Prado Júnior, Caio (1979). *A questão agrária no Brasil*. (3ª Ed). São Paulo: Brasiliense.
- Vieira, Flavio Lucio R. (2006). *Estado e questão regional: por uma economia política da região*. SAECULUM.
- Tavares, Vânia Porto. (1979). *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na Região Amazônica* (2ª Ed). Rio de Janeiro: IPEA/INPES.